

OPINIÃO

Uma mulher na presidência do STF


MAURÍCIO CORRÊA
Advogado


João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, egresso do extinto Supremo Tribunal de Justiça. A Constituição de 1988 preservou o nome da corte e manteve a última composição de 11 ministros. De 1829 até hoje, passando pelo Império e as várias Repúblicas, jamais uma

Com a notícia da aposentadoria em março do atual presidente do Supremo Tribunal Federal, apressa-se a ascensão da primeira mulher na presidência da mais alta corte de Justiça do país. É fato auspicioso que precisa ser comemorado por toda a nação. O acontecimento é motivo de gaúdio e orgulho para todas as mulheres brasileiras. Afinal, serão representadas pela primeira vez na história republicana brasileira no topo da hierarquia do Poder Judiciário. Aliás, essa suprema honra é exclusiva. Não a teve ainda até aqui nem o Poder Legislativo – Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional – nem tampouco o Executivo. Poder-se-ia dizer que este a teve no Segundo Império, quando, nas ausências de Dom Pedro II, o país foi excepcionalmente dirigido por uma mulher – a princesa regente Izabel.

Fez bonito. Assinou a Lei Áurea em maio de 1888, tirando o país da fase obscura e triste do escravismo. Não afasta, entretanto, a primazia do STF. Na Regência o fato decorreu da vontade de uma única pessoa – seu pai. Assim mesmo em substituição temporária. No caso de que ora se trata, não. O ministro da corte é nomeado pelo presidente da República após ter o nome aprovado pelo Senado, na forma determinada pela Constituição Federal, e depois é eleito pelos colegas para presidi-la durante mandato certo de dois anos. O fenômeno é singular e atípico, portanto, reflexivo e exemplar.

As origens do Supremo Tribunal Federal remontam ao então Supremo Tribunal de Justiça, cuja previsão de existência foi objeto de definição no artigo 163 da Constituição Imperial de 1824. Todavia, somente por lei sancionada por Dom Pedro I, de 18 de setembro de 1828, é que foi devidamente instituído com as atribuições e competências constitucionalmente então estabelecidas. Seu primeiro presidente foi o chanceler-mor da Casa de Suplicação José Albano Fragoso, nomeado pelo imperador por decreto de 19 de outubro de 1829, empossando-se em 8 de janeiro desse mesmo ano.

Proclamada a República por Deodoro da Fonseca, seguiram-se disposições legais prevendo a criação do Supremo Tribunal Federal. Somente na Constituição de 1891, no entanto, é que se consolidou o projeto, ficando nela ordenadas sua competência e fixação do número de ministros. O primeiro presidente no período republicano foi o visconde de Sabará

mulher presidiu a Suprema Corte. Daí coroar-se o evento de capital importância para a cidadania, projetando-se a mulher brasileira, mercê de seus próprios méritos, na cúpula da organização judiciária do país.

Apesar de a Constituição Federal vigente assegurar a igualdade entre homens e mulheres, sabe-se perfeitamente que a participação feminina na vida pública, na política e no mercado particular de trabalho, ainda é restrita. Inegável que tem sido grande o avanço. Graças exclusivamente a elas. Certa vez li que “a mulher está destruindo silenciosamente o mito da desigualdade, sem que ninguém precise puxá-las pelo braço”. É isso mesmo. Ainda bem.

Assim como a comunidade negra começa a ampliar, ainda que em doses homeopáticas, sua presença em setores mais destacados da sociedade, o mesmo se dá com as mulheres. Neste caso, nem tão rápido quanto seria desejável, mas nem tão lento como muitos machistas gostariam. Nos cargos de provisão mediante concurso público, têm elas notavelmente se revelado. O número de aprovadas se rivaliza com os homens quando não os ultrapassa. Na vida política, malgrado a lei reserve 30% de vagas aos candidatos do sexo feminino, o interesse pela disputa eleitoral tem sido escasso, ficando aquém da cota legal permitida.

Uma das vencedoras desse desafio contra o tabu machista é Ellen Gracie Northfleet, a quem competirá presidir o STF. Quem é ela? Creio que posso dizer algo. Nasceu no Rio, morou em Minas e viveu a maior parte da vida no Rio Grande do Sul. Possui o temperamento alegre e comunicativo do carioca, a coragem e determinação do gaúcho, a ternura e o espírito conciliador do mineiro. Nos diversos cargos por onde atuou, deixou a marca de suas ações. Como juíza, preparo e segurança nas decisões; como administradora, raro senso de equilíbrio e grande capacidade para criar, fazer e aperfeiçoar as coisas.

Não é mulher de subordinar-se a ordens que não sejam as emanadas de sua consciência. Nem de submeter-se a outro poder, por mais forte que pareça ser. Tratá-los-á com a cortesia que um chefe de poder deve ter com o outro. Sem jamais perder a independência na hora de agir, agrade ou não a quem quer que seja. Enganam-se os que pensam que, na delicadeza e placidez femininas, vai encontrá-la frágil, dócil, suscetível de furtar-se ao cumprimento da lei. Aí vira gaúcho de trabuco nas mãos, mineiro que dá uma boiada para não sair da briga, carioca que não tira o time de campo.

Serão, sem dúvida, dois anos de boas surpresas para o Brasil. Sobretudo nesse exato momento de turbulência que atravessa, necessitando mais do que nunca de alguém que tenha serenidade, firmeza e independência para contrapor-se à insensatez que se instalou no país.

O Brasil tem futuro?


JAIME PINSKY
Historiador e editor

pinsky@editoracontexto.com.br

A pergunta cabe: nosso país tem futuro? Podemos, de fato, acreditar num Brasil diferente e melhor do que temos? Ou estamos condenados a servir de lastro para as naveas do progresso que insistem em não se fixar por aqui? Não se trata, é claro, de se contentar com vitórias passageiras e aparentes, que nos são mostradas pelas máquinas de propaganda governamentais. Trata-se de pensar se o Brasil tem chances de chegar entre os mais bem colocados no campeonato mundial de desenvolvimento, justiça social, infra-estrutura, saúde e educação de qualidade para todos, eficiência, responsabilidade e honestidade no setor público (e no privado), estradas decentes, cidades organizadas, respeito ao cidadão e respeito do cidadão pelo coletivo.

Num momento em que os sonhos se resumem em aparentar e consumir, pode soar um pouco raro, mas sou da geração que tinha fé. Uns confiavam na revolução, definitiva ou por etapas (antes a burguesa, depois a proletária), pelas armas ou pelo voto, a partir do campo ou da cidade. Outros acreditavam no “socialismo moreno” de Darcy Ribeiro, na “cordialidade” de Sergio Buarque de Holanda, ou na “divisão do bolo” (acumulado a du-

ras penas) de Delfim Neto. Havia até os que desenvolveram crença ingênua na Zélia do Collor ou mesmo na pirotecnia inconsequente de tantos milagreiros que estiveram no poder ou pregavam por aí... Em nome do futuro idealizado, da utopia de cada um, já se discutiu muito, já se escreveu e discursou, já se matou e morreu. Ao contrário dos oportunistas que sempre buscaram o poder para dele se beneficiar (não é de hoje que cueca é cofre de dólares), havia idealistas de diferentes facções políticas, gente que agora se sente incomodada (e até fracassada) por não ver o país “no lugar que lhe cabe”.

Os brasileiros, quem somos, afinal? Uma turma de explorados pelo capital internacional, um povo sem vocação para o capitalismo moderno, um bando de incompetentes ingênuos, uma cambada de salafários hipócritas, um grupo irreversível de desunidos? E precisamos do que, de uma revolução social, de um choque de liberalismos, de políticos capazes (e de onde apareceriam esses seres de ficção?), de seriedade pura e simples (a decantada “vergonha na cara”), de participação popular, de mais capacidade de decisão, de divisão de poder, de centralização do poder?

A maioria dos analistas contemporâneos, da mesma forma que todos os grandes explicadores clássicos do Brasil (independentemente de sua competência), têm se preocupado em equacionar nossos problemas a partir de fórmulas gerais, que possam dar conta de todas as nossas mazelas. Temos horror ao micro, ao pequeno, ao cotidiano. Ora, a prática social das pessoas pode ser percebida melhor nas situações cotidianas do que na declaração genérica de intenções. Aquele vizinho de garagem que rouba a vaga do outro, o síndico que

consegue vantagens pessoais dos fornecedores do condomínio, o dono da cobertura que faz festas ruidosas sem se importar com mais ninguém, o adolescente que usa a sala de ginástica e deixa tudo lambuzado de suor são figuras que agem contra o coletivo em situações de pequenos grupos, mas que poderiam perfeitamente prejudicar muito mais gente se seu espectro de atuação fosse mais amplo. Por comodismo, ou temor ao confronto, os vizinhos deixam “por isso mesmo”, o que faz com que as atitudes anti-sociais não sejam reprimidas e, conseqüentemente, se repitam.

Nossa inconseqüência e baixo sentido de cidadania fazem com que sejamos radicais no discurso a respeito de temas sobre os quais temos pouca possibilidade de interferir, mas não passemos de comodistas com relação a situações cotidianas sobre as quais temos condições (além de direito e dever) de modificar.

Mudanças ocorrem não por acaso, mas como fruto de vontade forte. Uma lembrança histórica: a escravidão se manteve no Brasil até quase o final do século 19 não apenas por que assim o desejavam meia dúzia de grandes latifundiários, mas por que estava tão espalhada pelo país. Da mesma forma, o país não muda por que nós não atuamos concretamente para que ele mude.

O amor ao país (como qualquer outro) precisa ser declarado a cada dia e, mais do que declarado, provado. Práticas cidadãs não rimam com esperteza, com levar vantagem, com ser anti-republicano. Um país se constrói a partir de um pacto social em que todos somos protagonistas, não espectadores.

Ah, o Brasil tem futuro? Essa pergunta só tem uma resposta. Que futuro nós queremos construir para o Brasil?


ARI CUNHA
visto, lido e ouvido

Desde 1960

 ari.cunha@correioweb.com.br
Circe Cunha (interina) // circe.cunha@correioweb.com.br

O brasileiro não protes mais

É obv que a maquiagem nas estradas em tempo de chuva não vai adiantar nada. A ira dos contribuintes se voltará com mais força contra o governo. Novamente a falta de progresso e projetos levará os impostos a dentro. Na opinião do senador Delcírio Amaral, trata-se de um remediador. A hora de providenciar a recuperação definitiva das rodovias passou. Em tempo de chuva a maquiagem vai escorrer. O senador Romão também acertou na mosca. Uma operação tapa-buracos, em ano eleitoral é uma oportunidade e tanto para o desvio de recursos públicos. Sem licitantes empreiteiros vão deitar e rolar nas crateras. Dizem que o Valério virou buraco de estrada. O ministro Alfredo Nascimento deve explicar na CAE a declaração de que as obras têm garantia de um ano. Tem gente que quer fazer o exame de DNA nas estradas para saber se as crateras são de responsabilidade municipal ou federal. A ministra Dilma Rousseff disse que essa é uma das heranças malditas herdadas do governo anterior. Que as estradas estão sucateadas por falta de projetos. Daí rascunhar um programa emergencial sem licitação para liberar R\$ 440 milhões!

No começo de ano, a partilha de R\$ 117 mil quilômetros de estrada em 20 estados mobilizarão 120 frentes de trabalho no começo do programa. Depois outros 480 frentes serão criadas. Nada de obras estruturais. O progresso vai durar 6 meses e as obras vão durar um ano. Pois é. Agora vamos esperar para ver no que vai dar. Só uma coisa é certa. Nós, brasileiros compreendemos muito bem as obras inacabadas. Estamos experts no assunto. Desde o início do atual governo. As opções se resumem em obras inacabadas na Educação, Saúde, Transportes, Turismo, Social e tudo mais em andamento.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

“Nenhum homem é bastante bom para governar o outro sem o seu consentimento.”

Abraham Lincoln, de onde estiver, dando uma bela dica aos brasileiros

Exemplo

Latas de leite em pó como pagamento voluntário. A ideia de Eunice Abdala, do Coro Sinfônico, chegou ao Rio Grande do Norte. A entrada dos Jogos da Solidariedade rendeu quase 2 mil latas de leite para a Casa Nazinha Lamartine. Fátima Alencar, que coordena a casa, gostou da novidade e está mais tranqüila com o abastecimento da dispensa em 2006.

Bastidores

Enquanto o ministro Celso Amorim entregava a chave do carro bicombustível ao colega australiano Alexander Downer, os donos de postos temiam a falta do álcool nas bombas. Os preços abusivos, a baixa oferta na entressafra e a demanda aumentando estão na pauta da reunião do presidente Lula com os produtores.

Regrado

O ministro Gil sugeriu aos críticos que peçam a cabeça dele, não a do secretário de Políticas Culturais, Sérgio Sá Leitão. Totalitarismo foi a palavra-chave para abrir a guerra. Privilégios cortados e processos decisórios mais democráticos são a nova ordem. Muito mais difícil que administrar a cultura no Brasil é ter habilidade para não tocar nos melindres das vaidades.

De volta

Família internacional. É a nova designação dos antigos Meninos de Deus.

Neste Natal, andaram pelos restaurantes da cidade, cantando em sexteto. Venderam CDs produzidos por eles mesmos para aumentar o caixa da seita.

Espelho

O jeito foi publicar uma revista própria, já que a imprensa só fala mal do governo. Nesse clima, nasce o *Jornal de prestação de contas*. A tiragem será de 1,2 milhão de exemplares, com 36 páginas, distribuídos para o Legislativo, Executivo e Judiciário.

Aventura

Novidade para os mais vivos. Agências de intercâmbio estão aceitando adultos para estudar no exterior. Sem regalias, da mesma maneira simples em que são recebidos os jovens. A hospedagem pode ser em albergue ou casa de família. Marcos Calhary, diretor-geral da EF no Brasil, chama a atenção para a vantagem de os aposentados estarem desimpedidos para ir em baixa temporada.

Desarranjo

Novamente a Anistia Internacional critica o Brasil. Diz que governo e Justiça abandonaram os índios. A notícia veiculada pela BBC de Londres e distribuída para a imprensa internacional diz que decisão do STF “suspendeu o direito constitucional dos guarani-kaiovas às suas terras tradicionais”. São vários os assuntos que tratam da Funai e ainda estão sem solução.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Nós havíamos previsto nesta coluna a vitória dos senhores Aluísio Alves, no Rio Grande do Norte, Pedro Gondim, na Paraíba, Ney Braga, no Paraná, agora as vitórias dos senhores Jânio e Jango. Erramos apenas quanto à vitória do sr. Carlos Lacerda porque havíamos previsto a entrada do sr. Sérgio Magalhães. Mais uma vez, tem razão o filósofo de Mondubim: “Não basta saber tudo. É preciso ter bons assessores” (Publicado em 7/10/1960)